

RELENDO AS CATEGORIAS VERBAIS

Vítor de Moura Vivas (UFRJ)
vitorvivas@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa (cf. BECHARA, 2005; ROCHA LIMA, 1972; CUNHA& CINTRA, 1985), as categorias de modo-tempo-aspecto (MTA) e número-pessoa (NP) são consideradas como flexionais, por isso estão na seção de conjugação verbal. Em linguística, há autores que defendem a separação discreta entre os processos flexionais e derivacionais (cf. SCALISE, 1988), já outros (cf. GONÇALVES, 2005; BYBEE, 1985) acreditam que uma visão desses processos como polos de uma mesma operação morfológica é mais efetiva.

Pretendemos demonstrar, neste artigo, que existem características derivacionais nas categorias MTA e NP em língua portuguesa, sendo assim, a visão escalar mostra-se mais efetiva. Para isso, verificaremos as categorias MTA e NP por critérios, expostos em Bybee (*op. cit.*) e Gonçalves (*op. cit.*), que apontam para o polo derivacional do continuum morfológico.

O artigo é organizado da seguinte forma: na seção II, demonstramos o aporte teórico que fundamenta nosso trabalho; na seção III, há a exposição dos objetivos da pesquisa; na seção IV, fazemos a análise linguística demonstrando as características derivacionais das categorias verbais. Já na seção V, abordamos considerações finais sobre a pesquisa.

I. Aporte teórico

Bybee (*op. cit.*) aponta a relevância como aspecto fundamental para sua análise. Através de um ranking de relevância¹ para as categorias verbais, afirma ser possível prever 1) a frequência de ex-

¹ Bybee (1985) elaborou uma escala de relevância para categorias verbais. A ordem decrescente de relevância é: valência, voz, aspecto, tempo, modo, concordância.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

pressões lexical, flexional e derivacional nas línguas; 2) a ordem dos formativos no interior da palavra e 3) a fusão: efeito morfofonológico que o afixo, por ser relevante, acarreta ao radical ou vice-versa (BYBEE, *op.cit.*, p. 4-5). O grau de relevância pode mudar em línguas diferentes, devido a diferenças culturais e cognitivas. Mudando a relevância semântica, também pode ocorrer modificação no tipo de expressão linguística.

A relevância também é fundamental à distinção gradiente das operações flexionais e derivacionais e, mesmo, à verificação de diferentes graus de flexionalidade nas categorias tacitamente analisadas como flexionais. As expressões morfológicas (flexão e derivação) e as lexicais têm alto grau de relevância; já as sintáticas são pouco relevantes. A derivação ainda é mais alta que a flexão na escala de relevância. Por esse motivo, o significado das categorias derivacionais é mais específico; enquanto o conteúdo flexional é mais geral.

Outros dois critérios importantes em prol de uma análise gradiente dos processos morfológicos são a generalidade e a troca semântica. Bybee (*op. cit.*), por defender motivação entre forma e conteúdo, explicita que o significado genérico de formativos flexionais acarreta alta generalidade de aplicação. Já com relação às categorias derivacionais, defende que o sentido específico leva a uma baixa aplicabilidade. A troca semântica consiste na mudança de sentido devido à aplicação do afixo à base – nesse caso, o significado das partes constitutivas não equivale ao sentido do todo².

Bybee (*op. cit.*) demonstra que, muitas vezes, características encontradas em elementos da flexão também estão na derivação, sendo sutis as diferenças dos elementos e, conseqüentemente, das operações morfológicas (GONÇALVES, 2005, p. 120). Nas “morfológicas” flexional e derivacional, há afixos mais centrais e outros mais periféricos; o protótipo é o elemento que atende a todas as características da classe.

² O que Bybee (1985) chama de “troca semântica” corresponde à noção de lexicalização semântica (GONÇALVES, 2005).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

2. Objetivos

a) Inspeccionar aspectos derivacionais nos afixos MTA e NP através da análise de critérios como ordem, fusão, meios de materialização morfológica, lexicalização semântica e instabilidade categorial.

b) Expor a escalaridade entre flexão e derivação, tendo como foco as chamadas categorias gramaticais do verbo: modo, tempo, aspecto, número e pessoa. Demonstraremos em que medida os afixos MTA e NP se afastam do pólo prototípico da flexão. A partir disso, almejamos a elaboração de um continuum morfológico flexão-derivação para as categorias verbais.

c) Refletir sobre as vantagens de considerar os afixos MTA e NP de modo gradiente, em detrimento da visão discreta, que acredita na separação total entre flexão e derivação.

d) Analisar a fusão de conteúdo gramatical nas mudanças fonológicas e morfológicas em verbos. Ao analisarmos aspectos linguísticos, objetivando uma negação de uma visão discreta dos afixos MTA e NP como flexionais, haverá privilégio com relação à fusão, porquanto tal critério é fundamental à verificação de aspectos derivacionais em verbos, como mostra Bybee (*op. cit.*).

3. Análise do fenômeno

3.1. Ordem

Ordem de morfemas verbais em português:

Radical	+VT	+ MTA	+ NP
Jog-	a	ria	N

Bybee (*op. cit.*) mostra que, pelo fato de a expressão linguística ser motivada, categorias mais relevantes tendem a ocorrer mais

próximas do radical. Acrescenta, ainda, que categorias derivacionais³ ocorrem mais próximas do radical que as categorias flexionais, já que as derivacionais são mais relevantes. Além disso, as flexionais mais relevantes para o significado do radical são posicionadas também mais próximas a ele do que as menos relevantes. A ordem de ocorrência dos morfemas em relação ao radical, em geral, corresponde ao grau de relevância desses morfemas para com o radical. O estudo de Bybee (*op. cit.*) considera as categorias M, T, A, N, P, além de valência e voz, separadamente. No português, a expressão de M, T, A ocorre numa categoria única (MTA) e a de N, P, em outra categoria (NP). Por isso, optamos por verificar características derivacionais desses dois afixos.

A ordem no português mostra que a categoria MTA tem um significado mais relevante para o radical verbal do que a categoria NP. Desse modo, esperamos que MTA possua mais características derivacionais do que NP. Neste trabalho, há o objetivo de verificar as características derivacionais dessas duas categorias a partir da observação de alguns critérios. Com isso, pretendemos confirmar se a ordem dos formativos no interior da forma verbal realmente reflete diferentes graus de flexionalidade.

3.2. Materialização Morfológica

De acordo com esse critério, “um afixo é flexional se seu significado materializa-se apenas morfológicamente. Quando há concorrência de estratégias para exteriorizar seu conteúdo, o afixo deve ser analisado como derivacional” (GONÇALVES, *op. cit.*, p. 24).

Uma noção modo-tempo-aspectual muitas vezes possui, em português, mais de uma forma de ser materializada morfológicamente, além de apresentar materializações sintáticas:

³ Quando Bybee (*op. cit.*) cita categorias derivacionais e flexionais, devemos entender tais categorias, na verdade, como mais flexionais e mais derivacionais, já que sua visão é escalar, através de um continuum.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

A) Noção de Futuro do presente:

Amanhã, eu **jogarei** o livro fora. (forma padrão)

Amanhã, eu **vou jogar** o livro fora.

Eu **viajo** amanhã.

B) Manifestação de tempos no subjuntivo:

3.2.1. Presente

Duvido que ele **jogue** mais que eu. (forma padrão)

Duvido que ele **joga** mais que eu.

Você quer que eu te **mostre** isso. (forma padrão)

Você quer que eu te **mostro** isso.

3.2.2. Futuro

Se amanhã ele **estiver** melhor, a gente vai viajar. (forma padrão)

Se amanhã ele **está** melhor, a gente vai viajar.

3.2.3. Pretérito Imperfeito:

Suspeitava que o que tinha **fosse** apenas uma leve dor de cabeça. (forma padrão)

Suspeitava que o que tinha **era** apenas uma leve dor de cabeça.

Eu queria que você **fizesse** isso. (forma padrão)

Eu queria que você **fazia** isso.

Um jogo que ninguém esperava que nós **vencêssemos**. (forma padrão)

Um jogo que ninguém esperava que nós **vencíamos**.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

C) Noção de futuro do pretérito:

Se eu fosse você, eu **jogaria** amanhã. (forma padrão)

Se eu fosse você, eu **jogava** amanhã.

Se eu fosse você, eu **iria** jogar amanhã.

Se eu fosse você, eu **ia** jogar amanhã.

Se tivesse falado com João, **teria** agora o dinheiro. (forma padrão)

Se tivesse falado com João, **tinha** agora o dinheiro.

Se tivesse falado com João, **iria ter** agora o dinheiro.

Se tivesse falado com João, **ia ter** agora o dinheiro.

D) Uso de indicativo em exemplos em que se espera o imperativo:

Ei vocês, **venham** logo aqui, rápido. (forma padrão)

Ei vocês, **vêm** logo aqui, rápido.

Normalmente, diz-se que uma noção flexional possui uma expressão linguística única e bem definida. Gonçalves (*op. cit.*) expôs que, através da noção de univocidade na Língua (uma forma de expressão para um conteúdo), entende-se que sufixos flexionais tendem a possuir apenas expressão morfológica na língua. Morfemas derivacionais possuem normalmente maneiras diversas de expressar um conteúdo. Como visto nos exemplos acima, a noção MTA pode ser expressa de formas variadas no uso efetivo da língua. Para indicar a noção de futuro do presente, podem-se usar expressões sintática (“vou jogar”), morfológica padrão (“jogarei”), além da morfológica que representa, normalmente, presente do indicativo (“viajo”). Além disso, tempos do modo subjuntivo, como mostrado em B, são às vezes expressos por categorias MTA do indicativo. Usos de pretérito imperfeito do indicativo em contexto prototípico de futuro do pretérito são muito produtivos no português (C). Nenhum desses usos ocorre por acaso, já que não há sinônimos perfeitos na língua. É importante que se atente para esses diferentes usos, a fim de perceber as

motivações linguísticas e sociais de um uso ou de outro. Todavia, neste trabalho, o que importa é a verificação dessas várias possibilidades de expressão em noções de MTA. As várias possibilidades de expressão das noções modo-tempo-aspectuais demonstram características derivacionais dessa categoria. Isso é fundamental para a verificação de que não há limite discreto entre flexão e derivação em português. Gonçalves (2005) confirmou essa hipótese com a análise de grau, número e gênero em português.

3.3. Lexicalização Semântica

Gonçalves (*op. cit.*) mostra que a lexicalização semântica ocorre quando a análise do sentido de um vocábulo não equivale aos significados de suas partes constitutivas. Verificamos que o pretérito mais-que-perfeito em Português sofre lexicalização semântica. É recorrente o uso de tal tempo verbal como um tipo de interjeição:

Eu acho que vou passar. **Tomara!**

Ela me perdoou. Também, **pudera!**

Quisera eu ser rico.

O pretérito-mais-que-perfeito, nesses usos, não indica mais um passado anterior a outro passado, mas sim expressões de desejo e aponta para uma vontade de que algo aconteça, funcionando, desse modo, como interjeição. Lexicalização semântica é marca da derivação, pois, na flexão, há tendência para a estabilidade semântica. É interessante que a forma sintética do pretérito-mais-que-perfeito parece cair em desuso no sentido de passado anterior a outro passado, sendo a forma analítica muito mais produtiva; isso é um indício de que essa categoria de MTA esteja se especializando em indicar expressões de desejo, vontade. Há lexicalização semântica também com verbos no pretérito perfeito do indicativo:

Vamos jogar futebol? **Demorou.**

Eu queria que você namorasse a Fernanda, o que acha?
Formou.

Eu achei sua roupa muito **cheguei.**

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Você vai trabalhar durante esse fim de semana, mas folgará na segunda, **valeu!**

3.3.1. Fusão

Bybee (*op. cit.*), acreditando na motivação entre forma e conteúdo, demonstra que afixos verbais relevantes semanticamente ao verbo tendem a se fundir no radical dele. A autora comprovou essa iconicidade através de um estudo de cinquenta línguas.

Neste trabalho, pretendemos expor, na análise de verbos irregulares, fusão de conteúdo gramatical no radical de verbos. A irregularidade nos radicais dos verbos não ocorre casualmente, mas é um indício de que algum conteúdo gramatical – de MTA ou NP – esteja fundido no conteúdo lexical: radical.

3.3.2. Exemplos de fusão de NP

Pretérito Perfeito do Indicativo:

p(u)de	p(u)demos
p(u)deste	p(u)destes
p(ô)de	p(u)deram

A 3ª pessoa do singular é “p(ô)de”, radical p(ô)d-, e não p(u)d-. Isso acontece para diferenciar a 3ª pessoa da 1ª pessoa do singular, já que as duas não têm representação formal de morfema de NP; nas outras pessoas, em que há morfemas de NP, não ocorre alternância vocálica alguma, o que nos leva à seguinte conclusão:

A alternância para ô na 3ª pessoa do singular indica característica derivacional na categoria NP: fusão de conteúdo de NP no radical verbal.

Esse padrão de 1ª pessoa com vogal alta no radical e 3ª pessoa com vogal média não é um caso isolado do verbo *poder*, mas é um fenômeno que ocorre com certa regularidade no português:

T(i)ve	est(i)ve	f(i)z	ac(u)do	s(i)go	v(i)sto	div(i)rto
t(ê)ve	est(ê)ve	f(ê)z	ac(ó)de	s(e)gue	v(e)ste	div(é)rte

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Nos casos de *ter*, *estar* e *fazer*, não há categoria NP, desse modo, o que indica NP é a alternância vocálica no radical: vogal alta = primeira pessoa; vogal média = 3ª pessoa. Nos demais casos, existe categoria NP explicitada, e a mudança na qualidade da vogal apenas reforça a informação de NP. Nada mais natural que se encontre, na língua portuguesa, maneira de reforçar primeira pessoa, já que o morfema **-o** só ocorre no presente do indicativo. O morfema de 3ª pessoa do português não possui para a literatura linguística materialização formal, sendo chamado de morfema zero. Acreditamos que a informação de 3ª pessoa seja manifestada, de modo corrente, por uma mudança no radical do verbo.

A regularidade desse padrão de fusão é comprovado por usos como “corr(é)ge” e “div(é)de”, “v(é)ve” para os verbos *corrigir*, *dividir* e *viver* respectivamente. Esses usos, do tipo não padrão, ocorrem para indicar terceira pessoa do singular. Outro uso não padrão que demonstra como essa mudança na qualidade da vogal do radical acarreta informação gramatical é “tr(u)xe” (verbo *trazer*) para expressar a noção de primeira pessoa do singular.

Sintetizando, a categoria NP possui características derivacionais, isso é visto pela fusão de NP no radical dos verbos. Há um padrão de fusão no português que demonstra o seguinte:

Vogal alta na sílaba tônica = primeira pessoa
Vogal média na sílaba tônica = terceira pessoa

Outro padrão de fusão de NP visto em português é a mudança na consoante do radical indicando primeira pessoa do singular, como vemos abaixo:

per(c)o	ou(ç)o	po(ss)o
perdes	ouves	podes
perde	ouve	pode
perdemos	ouvimos	podemos
perdeis	ouvis	podeis
perdem	ouvem	podem

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

me(ç)o	pe(ç)o	va(lh)o
medes	pedes	vales
mede	pede	vale
medimos	pedimos	valemos
medis	pedis	valeis
medem	pedem	valem

3.3.3. Fusão de MTA

O verbo *pôr* e o verbo *ser* são exemplos de fusão levada às últimas consequências. Há, como mostra Gonçalves (*op. cit.*), quatro formas de radical para *pôr*: /poN/, /puN/, /puS/ e /poR/; o verbo *ser* possui ainda mais formas para expressão de noções modo-tempo-aspectuais.

O verbo *valer* possui modificação consonantal no radical na 1ª pessoa do presente do indicativo, no presente do subjuntivo, no imperativo negativo e nas pessoas do imperativo afirmativo provenientes do presente do subjuntivo. Esses tempos têm radical *valh-* em oposição aos outros tempos, com radical *val-*; acreditamos na hipótese de que esses tempos sejam ligados semanticamente por expressarem a noção de presente. O verbo *perder* (assim como todos os outros verbos mostrados logo acima) passa pelo mesmo processo: *perc-* na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo e nos tempos ligados a ele semanticamente. Em outras palavras, sempre que houver os radicais *valh-*, *perc-*, *ouç-*, *meç-*, *peç-*, *poss*, ocorre reforço da noção de presente.

Verbos como *trazer*, *dizer* e *caber* também possuem 1ª pessoa do singular do presente do indicativo com radical diferente (*trag-*, *dig-*, *caib-*), e tal radical ocorre nos tempos ligados ao presente do indicativo pela indicação de presente. Além disso, ocorre um radical semelhante com relação a esses verbos, nos tempos pretérito imperfeito do subjuntivo, futuro do subjuntivo, pretérito perfeito do indicativo e pretérito mais-que-perfeito do indicativo: *soub-*, *troux-*, *diss-*, *coub-*. Isso também não ocorre por acaso: provavelmente há vinculação semântica entre esses tempos.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

3.4. Abertura de vogal = reforço da noção de tempo presente

1) Pres. do ind.	Pres do subj.	Imp. afirmativo	Imp. negativo
alm(ó)ço	alm(ó)ce	_____	_____
alm(ó)ças	alm(ó)ces	alm(ó)ça	não alm(ó)ces
alm(ó)ça	alm(ó)ce	alm(ó)ce	não alm(ó)ce
alm(ô)çamos	alm(ô)cemos	alm(ô)cemos	não alm(ô)cemos
alm(ô)çais	alm(ô)ceis	alm(ô)çai	não alm(ô)ceis
alm(ô)çam	alm(ô)cem	alm(ô)cem	não alm(ô)cem

2) Pres. do ind.	Pres do subj.	Imp. afirmativo	Imp. negativo
p(é)so	p(é)se	_____	_____
p(é)sas	p(é)ses	p(é)sa	não p(é)ses
p(é)sa	p(é)se	p(é)se	não p(é)se
p(ê)samos	p(ê)semos	p(ê)semos	não p(ê)semos
p(ê)sais	p(ê)seis	p(ê)sai	não p(ê)seis
p(é)sam	p(é)sem	p(é)sem	não p(é)sem

Os exemplos são apenas para ilustração. Na verdade, o padrão apresentado em 1) e 2) reflete o comportamento de grande parte dos verbos de 1ª conjugação que têm, no infinitivo, vogal média em posição pretônica.

Através da verificação dos exemplos, é notório que há motivação fonético-fonológica para a alternância vocálica nos radicais dos verbos. A irregularidade nos verbos ocorre devido à tonicidade. Só há mudança de vogal média-alta para média-baixa nos exemplos em que a vogal se encontra na sílaba tônica do radical da forma verbal, ou seja, só acontece a alternância (ê>é, ô>ó) em formas rizotônicas.

Há motivação fonético-fonológica nos verbos irregulares de 1ª conjugação. Todavia, isso não impede que haja outras motivações em tais exemplos. Percebe-se que os tempos presente do indicativo, presente do subjuntivo, imperativo afirmativo e imperativo negativo possuem semelhanças. Uma dessas semelhanças é formal, o imperativo afirmativo tem formas semelhantes ao presente do indicativo: almoça (2ª pessoa do singular do imperativo) e almoças (2ª pessoa do singular do presente do indicativo); almoçai (2ª pessoa do plural do imperativo) e almoçais (2ª pessoa do plural do presente do indica-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

tivo). As outras formas são semelhantes ao presente do subjuntivo. Formalmente, o presente do subjuntivo parece ser ligado ao presente do indicativo também, pois o radical do presente do subjuntivo é sempre idêntico ao da 1ª pessoa do presente do indicativo (p. ex., o radical **poss-**, de “poder”, está em todo o presente do subjuntivo); o imperativo negativo contempla formas idênticas ao presente do subjuntivo. Essas semelhanças formais não são meras coincidências, mas ocorrem devido à ligação semântica entre esses tempos. Como expõe Bybee (*op. cit.*), mesmo mudanças no radical motivadas fonologicamente podem indicar informação gramatical.

É inegável a ligação entre presente do indicativo e presente do subjuntivo devido à indicação da informação de presente. Também é verdade que imperativo e subjuntivo tem em comum a sinalização obrigatória de subjetividade. Isso, inclusive, faz Matoso Câmara Jr. (2006, p. 102) considerar que “o imperativo... não é mais que um subjuntivo sem o elo da subordinação sintática”. Entretanto, defendemos que o imperativo não se liga só ao presente do subjuntivo, mas também ao presente do indicativo quanto à indicação semântica de presente, o imperativo carrega a noção de presente, já que quaisquer ordens, conselhos no imperativo são dados⁴ no presente. Desse modo, podemos afirmar que a abertura de vogal, se não informar presente, pelo menos reforça tal informação, o que nos leva à seguinte generalização:

3.5. Radical com ó e é tônico = informação de presente

Esse reforço de tempo presente é o modo pelo qual a informação de presente é manifestada formalmente no português. As pessoas, dos tempos que expressam a noção de presente, em que não ocorre abertura de vogal (passagem de vogal média alta a vogal média baixa) são a 1ª e 2ª pessoa do plural. A 1ª pessoa tem a concorência com a forma pronominal *a gente* com relação à informação *eu* + *outro(s)*; as formas verbais, referentes a *a gente*, possuem abertura de vogal média tônica nos tempos que indicam presente. Com rela-

⁴ Há exemplos de ordem no imperativo que devem ser cumpridas no futuro: *Fale com ele amanhã*. Entretanto, o momento em que a ordem é dada indica, necessariamente, a noção de presente.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

ção à 2ª pessoa do plural, é necessário dizer que, em grande parte dos contextos, a forma *vós* está caindo em desuso no Brasil. Em resumo, a abertura como submorfema de presente é evidente, já que acontece na maior das pessoas gramaticais.

4. Instabilidade categorial

O critério mudança de classe é demonstrado, na literatura, como característico das categorias derivacionais, visto que muitos afixos derivacionais mudam a classe das bases a que se ligam. Os sufixos -ção, -mento, por exemplo, são característicos de mudança de classe, já que transformam verbos em nomes.

Os afixos MTA e NP não possuem, geralmente, a função sintática de modificação classificatória. Todavia, as chamadas formas nominais de verbo, consideradas flexões verbais nas gramaticais tradicionais (cf. Rocha Lima, *op. cit.*; Cunha & Cintra, *op. cit.*), possuem uma instabilidade classificatória. O fato de as formas nominais terem características de mais de uma classe levou Barrenechea (1963), na sua classificação fundamentada em critérios sintáticos, a chamar essas categorias de verboides. Mostra a autora que gerúndios têm características de verbo e advérbio; infinitivos têm características de substantivo e verbo e participípios passados, de verbo e adjetivo.

O infinitivo, ao mesmo tempo, funciona como substantivo e verbo, como vemos abaixo:

Jogar futebol mantém a forma.

Nessa sentença, percebe-se que o infinitivo *jogar* possui características verbais, por isso prevê um complemento para preencher a sua significação básica. Todavia, é inegável que funciona também como substantivo, desse modo, é núcleo do SN *jogar futebol*, que funciona como sujeito de manter.

O gerúndio também apresenta, em muitos exemplos, características de duas classes: advérbio e verbo⁵:

⁵ No português, percebemos que o gerúndio pode funcionar também como substantivo: O *orientando*, o *doutorando*, o *mestrando* são exemplos disso.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Pelé jogava driblando todo mundo.

A forma nominal *driblando* prevê um argumento com função de objeto direto para preencher a sua significação (característica verbal) e, ao mesmo tempo, tem função de advérbio, já que é o núcleo da oração subordinada adverbial *driblando todo mundo*, que modifica o verbo *jogar*.

O particípio passado também carrega características de verbo e de adjetivo:

Ela é amada por todos.

É inegável a categorização desse particípio passado como verbo, já que há a noção de voz passiva explicitada, prevendo o verbo *amada* um agente da passiva *por todos* para se completar semanticamente. Todavia, há características de adjetivo presentes, já que o particípio concorda em gênero e número com o sujeito *ela*.

Como demonstra Gonçalves (*op. cit.*, p. 67), Spencer (1993) demonstra que infinitivo, gerúndio e particípio parecem ser exemplos de mudança de classe. Devido ao critério mudança de classe ser fundamental para perceber características derivacionais de afixos verbais, estudamos o particípio passado quanto à sua categorização em português. Percebemos que os particípios, mais do que possuem características funcionais de adjetivo e verbo, podem ser classificados de modo diversificado no português.

Percebemos que a forma de particípio passado pode ser categorizada como adjetivo, substantivo e verbo. Abaixo, vemos particípios classificados como verbo:

- 1) A blusa foi *batida* com o ferro.
- 2) A menina foi *descoberta* pelo detetive.

Esses mesmos particípios podem ser categorizados como adjetivos:

- 1) A blusa *batida* está em cima da cama.
- 2) A menina *descoberta* já está fazendo muitas novelas.

Também há a classificação desses particípios como substantivos:

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

- 1) *A batida* não fez vítimas.
- 2) *A descoberta* da fraude assustou o presidente da empresa.

Acreditamos que, com esses exemplos, conseguimos mostrar que a questão da flutuação classificatória do participio passado não é apenas uma questão de função num contexto sintagmático, mas sim um caso de instabilidade categorial. O participio passado possui a característica de flutuação de classe. Uma terminação *-ado*⁶ ou *-ido* (e suas flexões nominais) e terminações (*sto*, *rto* etc.) irregulares participiais, que se inserem a verbos com regularidade, podem fazer com que a forma nominal participial seja verbo, substantivo ou adjetivo. Essa característica é um pouco diferente daquela dos afixos que levam à mudança de classe, já que o afixo participial não leva à categorização como uma classe discreta, conforme acontece com *-ção* e *-mento*. O afixo participial fornece a classe da base à qual se liga, mas essa classificação é fluutuável, instável.

Por isso, postulamos um novo critério, instabilidade categorial⁷, que também é característico do polo derivacional no continuum morfológico. Esse critério diz o seguinte: afixos ligam-se a uma base formando um vocábulo instável categorialmente.

5. Conclusão

Objetivamos, neste artigo, demonstrar que as categorias MTA e NP no português possuem aspectos derivacionais. Sendo assim, é efetiva a visão desses afixos como escalares no *continuum* flexão-derivação. Na verdade, essas categorias possuem mais características flexionais que derivacionais, porém estão longe de atender a todos os critérios característicos da flexão. Através da análise, percebemos que a categoria MTA possui mais características derivacionais que flexionais: o critério ordem aponta para isso e, em lexicalização semântica, materialização morfológica e instabilidade categorial, veri-

⁶ O afixo de participio é *-d*.

⁷ Temos a hipótese de que a instabilidade categorial pode ser verificada também com relação a infinitivo e gerúndio, pretendemos analisar, na nossa pesquisa, as diferenças entre as três formas nominais tendo em vista esse critério.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

ficamos características do polo derivacional da categoria MTA. Pela análise da fusão, foco principal de análise, percebemos que MTA e NP têm características derivacionais, sendo assim, as duas categorias podem ser analisadas como tendo graus de flexionalidade/derivacionalidade. Na formulação abaixo, postulamos um continuum morfológico entre MTA e NP quanto aos polos flexional e derivacional:

+flexional ___ NP ___ MTA _____ **+derivacional**

Com esse continuum, pretendemos demonstrar que as categorias MTA e NP são mais flexionais que derivacionais, porém não devem ser analisadas de modo discreto. A análise escalar é efetiva quanto às operações morfológicas em língua portuguesa, já que os afixos verbais possuem características derivacionais inegáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Stephen. Where's morphology? *Linguistic Inquiry*, 13 (1), p. 571-612, 1982.

BARRENECHEA, A. M. Las clases de palabras em español como clases funcionales. *Romance Philology*. XVII, 2, 1963.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BYBEE, Joan L. *Morphology a Study of the Relation Between Meaning and Form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2005.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Flexão e derivação: o grau. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Org.). *Ensino de gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, Otelo. *Breviário da conjugação de verbos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 30. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SCALISE, Sergio. *Generative Morphology*. Dordrecht: Foris, 1984.

SCALISE, Sergio. Inflection and derivation. *Linguistics*, 26 (1), p. 561-581, 1988.

SPENCER, A. *Morphological theory*. Oxford: Basil Blackweel, 1993.